

ORGANIZAÇÕES E TRABALHO

Número 22

Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial,
das Organizações e do Trabalho (APSIOT)

CELTA EDITORA
OEIRAS / 1999

SOBRE OS EFEITOS PERVERSOS DA CONTEMPORANEIDADE

Subsídios teórico-empíricos para uma leitura do *desemprego*

João Pedro Cordeiro

Resumo Partindo de diferentes abordagens que pretendem classificar a época em que vivemos, o autor reflecte sobre o papel que o *trabalho* ocupa no processo de maturação das sociedades actuais. O lugar e a importância do trabalho nas sociedades contemporâneas está a sofrer importantes transformações, às quais não é alheia a germinação dos chamados *efeitos perversos* inerentes ao próprio sistema. Entre esses efeitos, o que nos interessa aqui referir refere-se ao aumento do desemprego. Esboça-se e ensaia-se assim uma reflexão sobre duas das causas normalmente associadas a este fenómeno (a *globalização financeira* e o *progresso tecnológico*), e procura-se analisar os seus reflexos no caso português. Não havendo uma solução única para o combate ao desemprego — pois este não se coloca sempre do mesmo modo nem com a mesma intensidade — propõem-se, ainda assim, algumas medidas de rumo para o futuro que, de uma forma ou de outra, parecem ajustar-se à generalidade das situações.

Palavras-chave Desemprego, precarização, globalização, novas tecnologias, Portugal.

Às vezes as coisas desatam a crescer numa espécie de sentido ao contrário. Desenvolvem-se em dois planos, movem-se em lugares diferentes. Entre eles bate um coração, uma alma, um motor. Aqui é que estão a unidade e o sentido — o senso, o contra-senso.

(...) O conjunto estremece, abalado por uma luz nova. Todas as coisas refluem então para este centro devorador, este aparelho centrípeto. O contra-senso é o senso. (Herberto Helder)

Introdução

É corrente e usualmente aceite a ideia de que, a par da *democracia* e como consequência dela, o *desenvolvimento* e a *competitividade* foram duas das maiores e mais significativas conquistas das sociedades contemporâneas. O elogio da competitividade atravessa todos os espectros político-partidários, nos quais se veicula um, pelo menos aparente, consenso sobre a matéria. Sucede, porém, que, embora aquelas realidades tenham constituído importantes triunfos da *contemporaneidade*, o certo é que de há uns tempos para cá começam a tornar-se visíveis alguns contornos *envergonhados* resultantes desse processo.

Com efeito, um dos pontos que marcam a agenda de um vasto número de quadrantes disciplinares é a discussão sobre o *carácter* e a *natureza* do actual momento,

ou seja, é a reflexão sobre o panorama que define e matiza a *contemporaneidade*. Caracterizar a contemporaneidade não é, contudo, um exercício fácil. A pluralidade de diagnósticos existente desdobra-se numa variedade de perspectivas que, como se depreende, tendem a remeter para conclusões que diferem significativamente consoante os respectivos subscritores e as suas correspondentes filiações teóricas.

Isto é, aliás, particularmente elucidativo quando se observam as abordagens que pretendem classificar a actualidade, perspectivando o momento em que vivemos como um momento de impasse. É assim que, enquanto Habermas (1987: 5-23) concebe a modernidade como um *projecto inacabado* com hipóteses de ainda ser cumprido, Touraine (1994: 113-128, 239-275) diagnostica uma *modernidade fragmentada* cujas possibilidades de refundação numa *modernidade plena* não estão esgotadas.

Igual tendência para uma pulverização dos diagnósticos sobre a contemporaneidade pode ser ainda detectada nas teorizações centradas sobre a sociedade propriamente dita. Efectivamente, enquanto uns acentuam a ideia de que uma determinada configuração do sistema social está a chegar ao fim e, por isso, indicam o *fim das ideologias* (Bell, 1964: pp. 541-551) e até o *fim do trabalho*, (Rifkin, 1997) outros referem-se à emergência de uma nova realidade social e, com o intuito de dar conta dela, falam na *sociedade de informação*, (Lyon, 1992) no *trabalho das Nações*, (Reich, 1993) na *nova era das desigualdades* (Fitoussi e Rosanvallon, 1997) ou, até mesmo, na *era do vazio*. (Lipovetsky, 1989)

Como vemos, a época em que vivemos tem suscitado uma multiplicidade de abordagens, procurando todas elas, de uma forma ou de outra, dar conta da aceleração das mutações socioeconómicas das sociedades, com crescentes implicações no processo de reestruturação da economia mundial. O facto de não haver um consenso ao nível das conclusões avançadas pelos vários autores não impede, contudo, que se encontrem algumas proposições que atravessam transversalmente, com maior ou menor *nuance*, as diferentes propostas que procuram dar conta da configuração actual das sociedades.

Entre elas — a que nos interessa reter aqui — refere-se ao lugar que o *trabalho* e o *saber* ocupam no processo de maturação das sociedades actuais. Parece inofensivo que o lugar e a importância do trabalho nas sociedades contemporâneas (Oliveira, 1993: 149-178) estão a sofrer importantes transformações, às quais não é alheia a germinação dos chamados *efeitos perversos* inerentes ao próprio sistema. A crise de valores, a falta de confiança na classe política, o desenvolvimento tecnológico, as consequências da globalização, etc., são, sem dúvida alguma, problemas comuns às nossas sociedades que colocam novas interrogações e outros tantos desafios para os quais parece não haver ainda respostas definidas ou definitivas.

O exemplo do *desemprego*, também ele em constante mutação,¹ foco no sentido do qual se dirige parte importante da reflexão expressa neste trabalho, é extremamente elucidativo sobre este ponto de vista. A questão do desemprego torna-se tanto mais pertinente quanto se sabe que está na origem de graves problemas de exclusão e de perda de coesão social, pelo que se torna urgente tomar medidas para evitar a sua propagação e agudização. Daí que o que se pretende aqui fazer seja justamente discutir a problemática e as possíveis causas do aumento do desemprego,

nomeadamente na Europa, fenómeno pouco condizente, em termos ideais, com o regime democrático.

Saltar para a realidade (sem sair dela): o desemprego em números

Um dos primeiros passos dados no sentido de montar a estação de observação foi, como é óbvio, a realização de uma breve *sondagem* sobre o (des)emprego à escala mundial, com o objectivo de identificar quais as verdadeiras dimensões e características do problema.²

Antes de mais, importa sublinhar que a identificação do desemprego, enquanto fenómeno social estatisticamente mensurável, realiza-se progressivamente, generalizando-se apenas em meados do nosso século através do aparecimento de instituições especializadas.³ Durante longos anos os desempregados estão privados de qualquer direito e/ou rendimento, sendo, em primeira análise, vítimas de uma sociedade que os define como *preguiçosos* ou *incapazes*, não havendo portanto nenhuma vantagem em fazer reconhecer a sua situação. O aparecimento do desemprego como uma *posição social reconhecida* surge apenas com a extensão da relação salarial, ou seja, emerge da extensão do modo de produção capitalista.

A característica mais relevante do mercado de trabalho na UE é, sem dúvida, a taxa de desemprego elevada que atinge e persiste na grande maioria dos seus estados membros. Em termos médios, se considerarmos a década de 80, a taxa de desemprego foi de 8,9% contra os 4,0% na década imediatamente anterior (*vide* quadro 1). Já nos inícios dos anos 90, e face a um novo ciclo caracterizado por fracos níveis de crescimento do PIB na Europa, em parte provocados pela necessidade de conter as pressões inflacionistas da Alemanha, e também devido à lenta recuperação da economia americana e ao fraco crescimento da economia japonesa, o desemprego na UE alcançou o seu auge, com valores nunca antes registados (9,9% no período de 1991-95) e, mais recentemente, com 10,5%, em 1998 e 10,1% em 1999 (segundo previsões da OCDE).

Desagregando a análise pelos diferentes países, verificamos que as taxas de desemprego se repartem de uma forma bastante diferenciada. Considerando apenas o período mais recente (1998/1999), pode constatar-se que são principalmente a Espanha (18,8% — 1998 e 17,4% — 1999), a Itália (12,2% — 1998 e 12,1% — 1999), a França (11,8% — 1998 e 11,3% — 1999) e a Bélgica (11,7% — 1998 e 11,1% — 1999), os países que maiores taxas de desemprego apresentam (*vide* quadro 2).

A evolução do desemprego dos países da UE contrasta nitidamente com a evolução registada nos EUA e no Japão. Se o Japão se caracteriza por possuir, ao longo das várias décadas, baixos níveis de desemprego, com um máximo de 4,1% em 1998, já os EUA apresentam uma situação particularmente diferente. Se durante a década de 70 a taxa de desemprego nos EUA era superior à da média europeia em cerca de 2,5 pontos percentuais, já na década de 80 apresenta valores ligeiramente

Quadro 1 Taxa de desemprego

	1971-80	1981-90	1991-95	1998(*)	1999(**)
União Europeia	4,0	8,9	9,9	10,5	10,1
Estados Unidos	6,4	7,1	6,5	4,5	4,2
Japão	1,8	2,5	2,6	4,1	4,9

Fonte: commission of the European Communities, *European Economy*, 60, 1995; (*) os dados de 1998/99 são do MEPAT, *Informação Económica*, 49, 1999; (**) previsões da OCDE em Junho de 1999.

Quadro 2 Taxa de desemprego na Europa

Países	1998	1999(*)
Alemanha	11,2	10,7
França	11,8	11,3
Grã-Bretanha	6,2	6,7
Itália	12,2	12,1
Espanha	18,8	17,4
Holanda	4,2	3,9
Bélgica	11,7	11,1
Portugal	5,0	5,0
Irlanda	7,7	6,4
Dinamarca	6,3	5,7
Suécia	6,5	5,6
Áustria	6,4	6,3
Finlândia	11,4	10,6

Fonte: OCDE; (*) previsões da OCDE em Junho de 1999.

inferiores (7,1%), atingindo o seu mínimo em 1998 com 4,5%, prevendo-se ainda que se situe nos 4, 2% em 1999 (*vide* quadro 1).

Na base destas diferenças entre os EUA e a Europa está principalmente o processo de regulamentação do mercado de trabalho, ou seja, uma completa desregulamentação nos EUA e uma regulamentação mais ou menos rígida (consoante os países) na UE. Associado a esta situação está também o facto de o mercado de trabalho nos EUA se caracterizar por fluxos de desemprego/emprego substancialmente mais intensos do que na UE, o que favorece significativamente taxas e durações (médias) de desemprego mais baixas, bem como o facto de a economia dos EUA, tal como a do Japão, ter criado postos de trabalho (essencialmente garantidos pelo sector privado da economia) a um ritmo muito superior aos dos países da UE (neste caso essencialmente garantidos pelo sector público). Contudo, esta evolução do (des)emprego nos EUA parece ir de *braço dado* com "a criação de empregos precários e mal pagos, cujos assalariados se mantêm abaixo da linha de pobreza", (Salavisa, 1997) agudizando as desigualdades através do incremento da dispersão salarial.

No que se refere a Portugal, podemos afirmá-lo, desta vez alinha com o núcleo dos países menos *infelizes*. A taxa de desemprego em Portugal apresentou um nível bastante baixo, tendo, porém, um comportamento semelhante aos demais

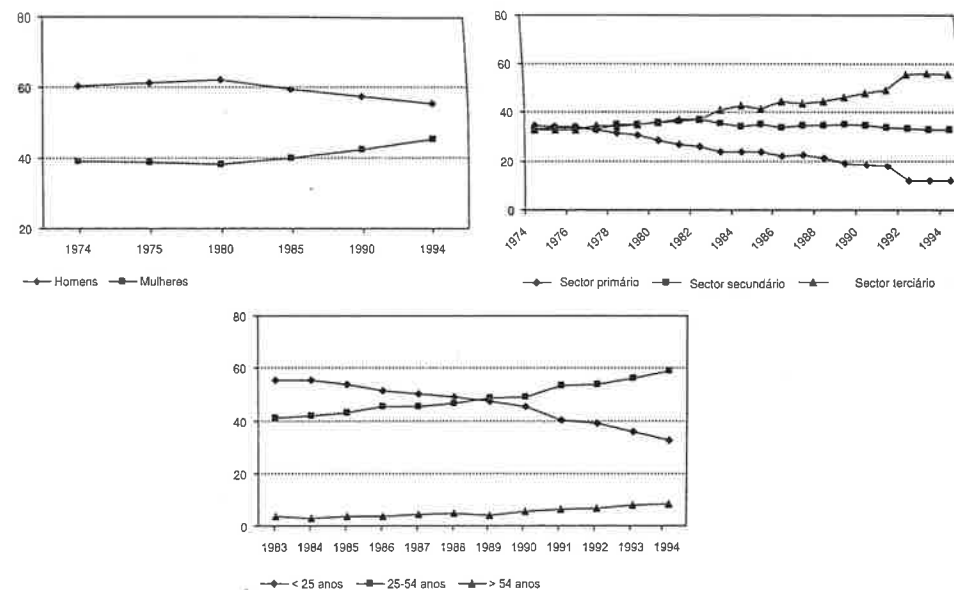


Figura 1 Distribuição (%) do emprego por sexo e sectores de actividade, e distribuição do desemprego por grupos etários e por sexo

Nota: a leitura deve ser feita da esquerda para a direita e de cima para baixo.

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego*, 1974-1982; *Inquérito ao Emprego*, 1983-1991; *Inquérito ao Emprego*, a partir de 1992.

países da UE na década de 60 e até meados dos anos 70. Todavia, a partir de meados dos anos 70, devido a um conjunto vasto de factores,⁴ a taxa de desemprego aumentou vertiginosamente aproximando-se dos 4,6% em 1976 e dos 8,0% no final dessa década, valores que excederam grandemente a média verificada nos restantes países que iriam constituir a Comunidade. Durante a segunda metade da década de 80, a taxa de desemprego inicia uma tendência de queda, situando-se abaixo dos 5% de 1990 a 1993. Saliente-se, porém, que esta redução do desemprego é simultânea com um aumento da precariedade do emprego e, sobretudo, com uma crescente degradação da relação salarial. Mais recentemente, e desde 1993 até 1997, a taxa de desemprego tem subido gradualmente, situando-se acima dos 7% em 1997, tendo-se, porém, assistido a uma quebra significativa em 1998 (5,0%), a mesma prevista pela OCDE para 1999 (5,0%).

Até meados dos anos 60, os problemas de emprego na economia portuguesa eram principalmente do tipo dos que se observavam nos países subdesenvolvidos — a saber: grande parte da população estava subempregada em actividades pouco produtivas, principalmente na agricultura, sendo também um desemprego maioritariamente feminino. Todavia, a partir de finais dos anos 70, o mercado de trabalho começa a alterar-se significativamente (*vide* figura 1). É claramente visível o aumento da proporção das mulheres no emprego total, seguindo os homens uma

tendência inversa. Esta situação é, aliás, corroborada pela análise dos dados do Inquérito ao Emprego do 1.º trimestre de 1999, a qual revela que persiste uma evolução mais favorável no emprego feminino (+3,3%), face a um crescimento de apenas 1,7% no emprego masculino.

A nível sectorial, a evolução verificada segue *ligeiramente* a lógica própria das economias industrializadas, ou seja, um relativo crescimento do emprego no sector terciário (representando perto de 57% do emprego total em 1994), um fraco declínio no sector secundário (cerca de 33% em 1994) e uma forte quebra da proporção de emprego no sector primário (cerca de 12% em 1994).⁵ Mais recentemente, e segundo dados do Inquérito ao Emprego de 1998, a repartição da estrutura do emprego era a seguinte: sector primário 13,5% — 1998; sector secundário 35,8% — 1998; e sector terciário 50,7% — 1998.

Finalmente, se considerarmos o desemprego por grupos etários, a tendência parece ser a de um significativo acréscimo do desemprego no grupo dos indivíduos com mais de 25 anos (idade normalmente associada à entrada na vida activa) e, conseqüentemente, a um decréscimo dos jovens até aos 24 anos no desemprego total.

A questão é inevitável: serve o exemplo de Portugal para, de algum modo, contrariar o europessimismo provocado pela *visão de longas filas* de desempregados? A resposta é peremptória: *não!* É verdade que hoje em dia tudo parece preocupante para um europeu. Todavia, neste caso, podemos afirmá-lo, é mesmo preocupante. Importa por isso reflectir sobre duas das causas normalmente associadas a este *estado de coisas* por forma a acabar de vez com essa estranha *sensação de afundamento* em que estamos submersos — referimo-nos ao fenómeno da *globalização (financeira)* e à questão do *progresso tecnológico*.

Teorias, dilemas e perplexidades sobre as causas do desemprego

Sobre a globalização (financeira)

Se uns dizem que há muita gente a competir por empregos escassos, outros acham que o crescimento é ainda modesto, mas há ainda quem afirme que a *globalização* é a culpada. Muitos outros acenam com as políticas macroeconómicas, ou agitam a ameaça dos *tigres asiáticos*, havendo ainda quem atribua culpas ao fenómeno desmesuradamente *cego* do progresso tecnológico.

Nos debates da actualidade alguns autores parecem convergir na tese de que o processo de *globalização* se encontra no centro do aumento das desigualdades, o qual se encontra por detrás do tendencial desaparecimento do trabalho que condena os indivíduos à degradação.

Na esteira deste processo de *globalização*, e intimamente associado ao incremento *desmesurado* do desemprego nos países da União Europeia, aparecem normalmente as políticas económicas, nomeadamente a política financeira seguida

pelos seus estados membros (*globalização financeira*). De acordo com os defensores desta *tese* (entre os quais se encontram Krugman, Fitoussi e Rosanvallon) nem o progresso técnico, nem a concorrência dos novos países industrializados constituem *per si* os factores *decisivos* (embora contribuam) para explicar o aumento do desemprego. Como nos indica Fitoussi, as políticas macroeconómicas seguidas na UE (principalmente após o segundo choque petrolífero — 1979) “teriam sido funestas, tais como as políticas que privilegiam durante demasiado tempo um mesmo objectivo — na ocorrência o da virtude monetária, considerada como condição prévia à construção europeia. Este objectivo implicava a procura de um certo tipo de desinflação que nenhum governo considerou poder dispensar”. (Fitoussi, 1995: 12) Ou seja, ao se considerar a desinflação como prioritária, os principais países ao preconizarem políticas recessivas provocaram, *inevitavelmente*, o aumento do desemprego, uma vez que as políticas monetárias restritivas preconizadas na UE conduziram a um nível extremamente elevado das taxas de juro.⁶

Ao desenvolverem uma política de austeridade (nomeadamente através de restrições orçamentais), o que significa organizar uma verdadeira “*concorrência pela depressão*”, (Fitoussi, 1995: 159) alterou-se radicalmente a lógica nas relações internacionais entre os países — ou seja, a lógica do crescimento veio dar lugar à lógica de quotas de mercado, onde o crescimento de uns se fez à custa da recessão dos outros. Daí que, para Fitoussi, não seja a Europa que está na origem dos nossos *medos e males* mas a falta de União Europeia. Não se faça por isso da Europa um *bode expiatório* para justificar o carácter excessivamente restritivo da política monetária, até porque os seus estados membros apenas a *usaram* para atingirem um único objectivo: uma estratégia de *desinflação competitiva* (baixa inflação e baixo défice público) em detrimento do combate ao desemprego, estratégia esta que parece apenas ter beneficiado a Alemanha.⁷ Prosseguindo esse objectivo individualmente, nenhuma estratégia conjunta foi efectivamente direccionada para o crescimento e para o emprego.⁸

Como a maioria dos países europeus, Portugal parece também não ter saído ileso desta estratégia. Com efeito, se desde meados de 1974 até 1989 a política monetária nunca foi utilizada para combater *activamente* a inflação (sendo apenas controlada por forma a evitar a aceleração do processo inflacionário), mas utilizada essencialmente para reduzir o desequilíbrio da balança de pagamentos, já a partir de meados de 1989 a política preconizada teve como foco principal o *combate* à inflação, o que provocou alguns desequilíbrios na economia portuguesa. Senão vejamos.

É inegável que Portugal cresceu com alguma rapidez a partir de 1986, beneficiando essencialmente dos fundos estruturais, o que permitiu de alguma forma reduzir o fosso existente em relação à maioria dos países da UE. Todavia, os fundos estruturais parecem não ter evitado a queda do investimento, nomeadamente até 1994. Esta situação deve-se em grande parte à política anti-inflacionista levada a cabo pelas autoridades. Se os fundos estruturais permitiram um aumento da procura interna, o combate à inflação impôs uma política de restrições à procura.⁹

A partir de 1992, o governo procurou consolidar a política que vinha sendo seguida — combater a inflação pela via da estabilização cambial — e decidiu fazer

entrar o escudo no mecanismo de taxas de câmbio do SME, por forma a evitar perdas de competitividade dos seus produtos. A taxa de câmbio do escudo, porém, acabou por sofrer uma ligeira depreciação provocada pelos sucessivos ataques especulativos (finais de 1992 e inícios de 1993).¹⁰ Não obstante isso, o facto é que a desvalorização não conduziu a uma política *firme* no sentido de recuperação da competitividade perdida aquando da revalorização real do escudo ocorrida em 1989-92, o que é comprovado pelo facto de a taxa de câmbio do escudo “ser ainda em finais de 1994 cerca de 30 % em termos reais acima do seu nível de 1989”.¹¹

Esta situação seria evitável se a política de luta contra a inflação tivesse assentado numa contenção das despesas orçamentais e no aumento da tributação sobre o consumo e sobre os rendimentos. Contudo, ao actuar somente através da política monetária e da taxa de câmbio — o que, como vimos, provocou a apreciação do escudo —, o governo penalizou fortemente a competitividade no sector produtivo (indústria e agricultura), desencorajando o investimento nestes sectores e afectando simultaneamente as PME (as quais, como se sabe, desempenham em Portugal um papel extremamente importante na criação de empregos), já de si fortemente debilitadas pelas altas taxas de juro.

Não existindo evidência suficientemente clara que leve a supor que a *globalização dos mercados financeiros* seja responsável pelo aumento do desemprego em Portugal, a verdade é que, numa fase crítica pela qual passamos (sobretudo desde 1993 até 1997, onde se assiste progressivamente a um aumento da taxa de desemprego), parece confirmar-se a importância de um desajustamento estrutural na sua explicação.

É sob este ponto de vista que podemos transpor para o caso português (ainda que não de uma forma linear e acrítica) as reflexões de Fitoussi e Rosanvallon. Ou seja, não colocando em causa que a *globalização* constitui uma condição *sine qua non* para o crescimento, estes autores parecem, todavia, antever o incremento das desigualdades dinâmicas provocadas pela *globalização financeira* dos mercados de bens, a qual beneficia os trabalhadores menos qualificados e com salários mais baixos, nos países do Sul, penalizando-os nos países mais desenvolvidos. Como referem, “num e noutro caso as consequências invertem-se: o desemprego e a pobreza crescem, do nosso lado, entre os trabalhadores sem qualificação (...) ao passo que esses mesmos trabalhadores vêem a sua sorte melhorar nos países emergentes”. (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 83)

Assim, e sabendo nós que Portugal se caracteriza por níveis de qualificação bastante baixos, por uma competitividade essencialmente baseada no baixo custo de mão-de-obra, por um grande peso dos sectores de actividade tradicionais (calçado, conservas, confeções), pelo subemprego e por formas *atípicas* de emprego (trabalho a tempo parcial, contratos a prazo, recibos verdes, subcontratação), por um desemprego essencialmente *estrutural*, por um baixo nível tecnológico e por uma baixa produtividade (cerca de 30-35% da produtividade dos países mais desenvolvidos da UE), em que os seus produtos não se encontram situados nas correntes dinâmicas da procura, é previsível que esta situação tenha afectado, afecte e possa continuar a afectar negativamente a sociedade portuguesa, assistindo-se ao incremento das novas desigualdades no seu interior (aumento do desemprego e

diminuição dos salários dos profissionais menos qualificados, acontecendo o inverso aos profissionais mais qualificados), bem como ao incremento dos diferenciais relativamente aos demais países da UE. Portugal é, com efeito, um dos países mais vulneráveis à abertura das suas fronteiras, praticando, por isso mesmo, um protecçãoismo mais ou menos dissimulado em relação a alguns produtos (por exemplo calçado e confeções).

Com o intuito de minorar e atenuar os seus efeitos a curto/médio-prazo, Portugal terá assim de proceder a reestruturações profundas em todos os seus sectores, criando as chamadas *vantagens comparativas* de que falava David Ricardo, forçando a nossa economia a reorientar-se para as produções de maior valor acrescentado, por forma a inverter a lógica produtividade/salários existente, ou seja, por forma a aumentar a produtividade e consequentemente os salários. Como nos indica Maria João Rodrigues, a problemática das reestruturações desemboca numa “problemática mais ampla do desenvolvimento regional”, (Rodrigues, 1991: 107) ou como lhe chama Roque Amaro, na “*glocalização*”. Acrescente-se que este processo “tende a estar cada vez mais amplamente ligado ao potencial de inovação tecnológica e organizacional de cada região e, em última análise, à sua capacidade de criar e tirar partido de competências relativamente raras”, (*Ibidem*) acrescentando, todavia, que esta empreitada não será fácil dado ela própria requerer competências específicas que são raras em Portugal.

Constituindo uma causa da crescente *pauperização do mundo*, para uns, a *globalização* não é, nem pouco mais ou menos, o principal factor de desestabilização que vivem actualmente as sociedades ocidentais. Para os autores que comungam desta perspectiva, como por exemplo Cohen, as desigualdades contemporâneas não podem ser imputadas à *globalização*, pois o movimento desigualitário antecede esse processo, ou seja, “tudo se passa como se a *mundialização* viesse derramar-se no molde das sociedades desigualitárias: como se o movimento desigualitário estivesse, de facto, primeiro e fosse na sua esteira que viesse inscrever-se o comércio internacional”. (Cohen, 1997: 58) Com efeito, na perspectiva deste autor, na maioria dos países industrializados (como por exemplo na França e nos EUA) alguns estudos empíricos vieram demonstrar que a relação entre o comércio mundial e a desigualdade é fraca, senão mesmo inexistente. Assim, os males Ocidentais (onde o desemprego assume uma posição destacada), antes de serem procurados fora do sistema, devem, acima de tudo, ser procurados no seu mais *íntimo*, isto é, na emergência de uma nova forma de organização do trabalho e no progresso técnico que lhe está associado.

Sobre o progresso tecnológico

A evolução tecnológica constitui outra das grandes temáticas do debate actual, consagrado ao nível elevado do desemprego, bem como à capacidade de criação de empregos.

Antes de mais, convém aqui distinguir os debates entre aqueles que colocam a tónica sobre os efeitos transitórios da introdução de novas tecnologias e aqueles

que colocam o acento sobre o impacto durável do progresso tecnológico. Para os primeiros, o progresso técnico é um factor de aceleração das transformações ao nível da composição do trabalho, nomeadamente da divisão técnica do trabalho, da organização do trabalho e das qualificações, mas também ao nível da distribuição sectorial do emprego, ou seja, da criação, manutenção e declínio das actividades ao ritmo das inovações. Deste modo, a partir do momento em que a adaptação dos trabalhadores a estas evoluções seja *brusca, não imediata e imperfeita*, assiste-se a um desemprego *transitório de inadaptação*, nomeadamente porque se verifica um desajustamento entre as qualificações profissionais adquiridas e os novos postos de trabalho. Nesta perspectiva, o progresso tecnológico constitui uma causa importante de desemprego *friccional*, o qual poderá vir a ser *controlado* através de políticas activas do mercado de trabalho — a saber: através da aposta na formação profissional, em reestruturações sectoriais, na ajuda à mobilidade, etc. Por outro lado, e para os segundos, a evolução tecnológica está na origem de um efeito negativo e irreversível de longo prazo sobre o emprego, efeito esse que é compensado de forma insuficiente por um crescimento indirecto do emprego através do desenvolvimento de novas actividades com novos equipamentos e novos produtos.

A tese do *desemprego tecnológico* aparece muitas vezes associada aos ciclos económicos, ou seja, aquando de um período de crise generalizada, assiste-se a uma multiplicação de estudos que põem a tónica sobre o aumento do desemprego resultante da introdução de novas tecnologias (automatização, informática, bioquímica, robótica, etc.). Esta tentação é tanto maior quanto se sabe que o progresso tecnológico acelera as mudanças estruturais e que a difusão generalizada das tecnologias de um país para outro intensifica a concorrência internacional e afecta grandemente os factores determinantes das *vantagens comparativas*. Só para referir um exemplo, na própria Alemanha o progresso tecnológico apresenta alguns efeitos de pauperização e de aumento do desemprego. Basta estarmos atentos à recente manifestação ocorrida nesse país, o que levou Carlos Martins a escrever que “essas empresas (alemãs) investem os lucros na modernização das suas fábricas. Modernização quer geralmente dizer, em primeira linha, mais racionalização e automatização. Ou seja, na prática, menos mão-de-obra e despedimentos. Assim, é possível aumentar as exportações, por exemplo, de automóveis, com cada vez menos operários”. (Martins, 1988)

Indubitavelmente, o progresso tecnológico constitui um processo de “*destruição criativa*”, para utilizar a expressão de Schumpeter, o qual implica a destruição de empregos de certos sectores, empresas e profissões “*tradicionais*”,¹² mas, paralelamente, permite o aparecimento de empregos, profissões e sectores novos,¹³ criando, assim, uma maior clivagem entre essas duas *classes* de profissionais.

Transpondo esta abordagem para Portugal, o que se verifica é que o progresso tecnológico não tem sido considerado uma das causas principais do desemprego. A própria história parece confirmar essa tendência. Senão vejamos. Por um lado, após a adesão de Portugal à CEE, quando o choque tecnológico eventualmente associado sugeriria custos de ajustamento geradores de desemprego, a taxa de desemprego inicia uma tendência de queda, situando-se abaixo de 5% desde 1989 e até 1992. Por outro lado, Portugal apresenta ainda uma estrutura produtiva

relativamente incipiente, onde a introdução de novas tecnologias se tem feito a um ritmo bastante lento, sendo inclusive um dos países da UE (já de si mal posicionados na corrida tecnológica comparativamente a outros países como o Japão e os EUA) onde o desenvolvimento tecnológico é mais deficitário, e onde o ritmo da difusão de inovações de *produtos* e de *processos* representa ainda uma condição de *atraso* relativamente aos países mais industrializados, o que leva Maria João Rodrigues a referir-se a uma situação de “*raquitismo do sistema de inovação português*” (1991: 107).

Não sendo a causa principal do desemprego em Portugal, tal não significa, todavia, que não tenha alguns *efeitos perversos* sobre o mercado de trabalho. Com efeito, possuindo Portugal ainda características de um país semiperiférico (desajustamento entre a oferta e a procura ao nível das qualificações e ao nível regional; uma população com baixos níveis de escolarização; uma classe empresarial *apática* e sem iniciativa; pela fragilidade do seu estado-providência; pela vulnerabilidade do seu sistema produtivo, etc.), é provável que sob o pretexto de acompanhamento *do pelotão da frente*, se possa assistir a um aumento do *desemprego*, o qual atinge principalmente os profissionais menos qualificados. A tendência, actualmente verificada, de um ligeiro aumento do emprego no sector agrícola (de menor progresso tecnológico) em detrimento do sector industrial (de maior progresso tecnológico), é sintomática a esse respeito. Por outras palavras, este processo, que desemboca numa transferência de populações entre sectores, traduz-se num aumento importante de desemprego de *adaptação* (podendo ser *estrutural* se não se tomarem as devidas precauções) onde certas qualificações se vêem quase definitivamente desvalorizadas, dando origem a um sentimento de *inadequação* e *inutilidade*, ou seja, e na opinião de João Proença, “o grosso do problema (...) é a dificuldade das empresas adaptarem a mão-de-obra [com baixos índices de qualificação] a alterações de mercado. É isso que faz com que tenham medo de empregar e prefiram mecanizar” (1997: 6).

Se algumas análises tendem a confirmar que os resultados obtidos, sobretudo ao nível do emprego, apresentam melhores índices nos países que registam melhores *performances* no ritmo da mudança estrutural, na inovação tecnológica e na taxa de investimento, em Portugal, porém, é necessário que esse mesmo processo seja acompanhado por investimentos em educação (procurando minorar os efeitos das estratégias educativas selectivas que são, elas próprias, produtoras de desigualdade), em formação/reconversão profissional, em reestruturações sectoriais e em mudanças organizacionais — tendo em vista essencialmente fomentar o processo de modernização das empresas, através do investimento em tecnologia e em I&D —, sob pena de, se assim não for, virmos a assistir a um inevitável crescimento do desemprego e, por inércia, ao incremento da exclusão social. Sob esta perspectiva, o aumento das desigualdades entre os trabalhadores qualificados *versus* não qualificados “seria a consequência da não neutralidade do progresso técnico (...)”, (Fitoussi e Rosavanllon, 1997: 85) isto é, o verdadeiro problema esta(ria)rá no facto de as novas tecnologias porrem em acção uma dinâmica profundamente desigualitária entre os indivíduos.

Sendo o progresso tecnológico condição inevitável de *modernização* e de *competitividade*, uma vez que permite o desenvolvimento de uma produção onde a

intensidade de conhecimentos aumenta, urge criar condições que permitam uma *perfeita* adaptação às novas realidades provocadas pela sua generalização, mas também explorar e estruturar as actividades onde Portugal possa tirar algumas *vantagens*. Estamos a pensar, por exemplo, nas áreas intensivas em emprego, como o artesanato, os serviços de proximidade, a agricultura para autoconsumo, etc., actividades estas que, sendo acompanhadas por uma *valorização (dignificação) social*, podem desempenhar um papel importante na satisfação do “mercado social” emergente — Boaventura de Sousa Santos fala numa recodificação de alguns elementos pré-modernos de modo a que possam ser assumidos como valências pós-modernas (Santos, 1994).

Conclusão

Chegados aqui, surge como conveniente tentar fazer um breve ponto de ordem, ainda que sem qualquer pretensão de aqui encerrar o debate ou a reflexão sobre os factores que estão na origem do (des)emprego nas sociedades contemporâneas.

É importante estar atento ao evoluir do problema do desemprego a nível de cada país e no conjunto da União Europeia. Com efeito, com uma taxa de desemprego que tem aumentado progressivamente, este tornou-se um dos problemas que mais rapidamente urge resolver. Importante foi, por isso, analisar os reflexos que têm, sobre o nível e o conteúdo do desemprego, o processo de *globalização financeira* e o *progresso tecnológico*.

Antes de mais, neste passo deve ficar claro que nem a *globalização* nem o *progresso tecnológico* permitem, por si sós e sem mais, explicar absolutamente o fenómeno do (des)emprego. Por isso, por muito que se insista em atribuir culpas exclusivas a um, a outro ou a ambos os factores, havemos sempre de ficar prisioneiros de conceitos com uma potência explicativa deficitária, ainda que aparente ser soberana e plenamente suficiente. Se se quiser dar uma maior cobertura analítica ao fenómeno do desemprego é necessário recorrer a uma malha de conceitos mais apertada, em que sejam exploradas relações e tensões entre variáveis diversas. Ou seja, mesmo partindo de conceitos macro-referenciais e de iniludível valência heurística — como são os de *globalização* e de *progresso tecnológico* —, é imprescindível verificar de que modo é que eles, em circunstâncias distintas, condicionam factores ancorados em lógicas ou escalas de outra dimensão (micro ou meso-referenciais).

Outro ponto a ressaltar aqui prende-se com o facto de o problema do (des)emprego constituir um desafio que se coloca de modo cada vez mais premente às sociedades actuais, na medida em que ele se afigura como uma privilegiada porta de passagem para condições de existência sofríveis e, por aí, para a exclusão social. Aliás, muitas vezes o combate ao desemprego é assumido como uma forma de defesa do *status* democrático ocidental, no sentido em que visa evitar que os sujeitos caiam abaixo do limiar de dignidade que os desclassifica, desmobiliza e priva da sua condição cívica plena.

De qualquer modo, convém ter presente que nem sempre o problema do (des)emprego passa no essencial pelo combate ao desemprego. Retendo o caso português, é perfeitamente possível que o dilema não seja tanto a falta de emprego — porquanto as taxas de desemprego se podem situar a níveis considerados não tão dramáticos quando comparados com os restantes países da UE —, mas mais a qualidade do emprego, uma vez que uma parcela significativa da população com ocupação se encontra numa situação de emprego precário. Portanto, a questão do (des)emprego não é apenas uma questão que se resolva agindo apenas sobre o mercado de trabalho — ajustando a oferta e a procura de trabalho —, pois ela reporta-se tanto à quantidade do desemprego como à qualidade do emprego, o que complexifica bastante todos os dados da equação.

Com efeito, não há uma solução de cartilha, definida, para esse espectro que anda a assolar a Europa. Em países distintos, em regiões diversas, o problema do (des)emprego não se coloca sempre do mesmo modo nem com a mesma intensidade. Ainda assim, note-se, existem algumas propostas de rumo para o futuro que parecem ajustar-se à generalidade das situações registadas em diversos lugares do mundo.

Na cartola de medidas de combate ao desemprego na UE podem assim encontrar-se propostas tão distintas como o investimento na educação e na formação profissional, os incentivos à reciclagem contínua de conhecimentos profissionais (permitindo melhorar a empregabilidade), a introdução de reformas estruturais nos mercados de trabalho, o reforço das relações de parceria empresarial, a redução do tempo de trabalho, os incentivos/benefícios fiscais às microempresas e as ajudas estatais às PME, ou ainda a exploração de novas fontes de emprego, em especial as que se relacionam com os serviços pessoais. Enquanto estas soluções começam *timidamente* a ser preconizadas nos vários países, através de políticas que se querem coordenadas, da União Europeia espera-se que uma melhor gestão das políticas macroeconómicas (também elas coordenadas), sobretudo através da redução dos défices, da diminuição das taxas de juro e da redução da inflação, comece a dar os seus frutos sobre a criação de emprego.

A maior esperança de todas vai, todavia, para a moeda única (euro), que é sem dúvida alguma o maior teste de sempre à capacidade de afirmação da União Europeia. Mas, e a pergunta é inevitável: o euro vai criar empregos? Para os mais optimistas, sem dúvida que sim. Porém, também para estes encerra inúmeras incertezas. Por isso, e de alguma forma contrariando alguém, o *fim da história* (Fukuyama, 1989: pp. 23-43; Vattimo, 1991: pp. 43-49) ainda não chegou...

Notas

- 1 Como refere Gateau (1990), “o desemprego não é uma categoria imutável, mas sim um fenómeno histórico, datado e que evolui ao sabor das nossas representações do trabalho e do não-trabalho”, p. 12.

- 2 Para tal apoiámo-nos nos estudos de Barreto, António (1996); Luz, Sílvia e Maximiano Pinheiro (1993); no Relatório do Banco de Portugal (1996), e nos dados de uma publicação do MEPAT (1999), *Informação Económica*, 49.
- 3 Em Portugal existem duas instituições que se ocupam directamente com a medida do (des)emprego: por um lado, temos a medida oficial que é ditada pelo INE (que segue os ditames emanados da OIT), e, por outro lado, temos o IEFEP, considerado uma fonte mais de âmbito administrativo (tem a ver com o desemprego registado).
- 4 Entre os quais destacamos o choque petrolífero de 1973 e o período recessivo daí decorrente, a crise económica e social vivida dadas as condições históricas específicas, e o afluxo de um elevado número de residentes nas ex-colónias.
- 5 Acrescente-se todavia que, tal como foi referido por Ferreira do Amaral numa conferência sobre o euro, em 10/3/97, tem-se assistido nos últimos dois anos e de forma algo surpreendente a um ligeiro aumento do emprego no sector agrícola, nomeadamente através das actividades agrícolas mais convencionais, o que se deve em grande medida a um decréscimo do emprego no sector industrial.
- 6 O nível demasiado elevado das taxas de juro dificulta o combate ao desemprego na medida em que desemboca num duplo processo: desempenha um papel inibidor, por um lado, da oferta (constrangendo as empresas a aumentar as suas margens de lucro e desencorajando o investimento e a aplicação de capitais), e, por outro lado, da própria procura (provocando fortes desequilíbrios financeiros).
- 7 Da mesma opinião parecem ser Krugman e Fitoussi. Nas palavras deste último, a Alemanha foi de facto a única beneficiada por ter tido o privilégio de “prosseguir uma verdadeira política económica de objectivos múltiplos. Não é por isso surpreendente que os seus desempenhos, sobretudo em matéria de emprego e desemprego, tenham sido bem melhores que os dos outros países europeus, consistindo a política europeia dos anos 80 em adaptar-se a todo o custo ao modelo alemão, o que fez com que a própria Alemanha não sofresse com essa adaptação. Pôde conduzir uma política económica de harmonia com os seus interesses (...)”, (Fitoussi, 1995, 157-158).
- 8 Com efeito, a estratégia da UE para o emprego apenas começa a ganhar alguma consistência em 1993, com o *livro branco* de Jacques Delors sobre o crescimento, Europa social e desenvolvimento, se bem que grande parte das medidas aí contidas ainda estejam por implementar. Destaque-se ainda a cimeira de Essen em 1994 e o Tratado de Amsterdão, o qual introduziu pela primeira vez um capítulo específico sobre o emprego, onde se refere que a Europa passará a ter uma estratégia coordenada para o emprego. Mais recentemente, refira-se a cimeira extraordinária ocorrida em Novembro de 1997, onde ficou decidido que a Europa iria preconizar uma estratégia conjunta para o emprego, concedendo-se, todavia, alguma liberdade a cada país em função das suas próprias especificidades.
- 9 Como refere Lopes, “para reforçar o combate à inflação o Banco de Portugal pôs em prática em 1990-91 uma política monetária ainda mais restritiva do que a exigida pela política cambial. Durante esses dois anos, o diferencial das taxas de juro de curto prazo em relação ao marco alemão chegou a atingir cerca de 7 pontos de percentagem” (Lopes, José da Silva), “A Economia Portuguesa desde 1960”, in Barreto, António (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 321.

- 10 É neste sentido que a moeda única poderá vir a desempenhar um papel decisivo na *harmonização* dos já de si *desarmonizados* mercados cambiais, na medida mesmo em que vai permitir enfrentar, em condições mais igualitárias, as estratégias cambiais dos colossos EUA e Japão. Não querendo aqui transmitir uma posição *fundamentalista* pró-euro (porque de facto ainda ninguém tem certeza do que irá ser e quais as suas consequências) a verdade é que com a moeda única o jogo no plano dos mercados financeiros talvez se torne menos desigual dado que, por um lado, a UE não poderá mais adoptar uma atitude passiva face à estratégia de natureza não cooperativa preconizada pelos EUA, e por outro lado, poderá permitir acabar com as assimetrias existentes no seu próprio interior, constituindo, nas palavras de Fitoussi, o primeiro passo na direcção de uma “Europa Europeia”, sendo a sua política monetária definida a uma única voz.
- 11 Lopes, José da Silva, *op. cit.*, p. 324.
- 12 Ou, como refere Rifkin (1996) “(...) uma massa em crescimento de trabalhadores, feitos joguetes, com poucas esperanças ou nenhuma perspectiva de encontrar um emprego que lhes dê um sentido na nova economia planetária ultramoderna”, p. 16.
- 13 Uma nova elite de manipuladores de abstracção, ou como lhes chama Reich (1993) “os analistas simbólicos, que incluem todas as actividades de resolução de problemas, de identificação de problemas e de intermediação estratégica”, p. 253. Nesta linha de abordagem parece também estar Krugman, quando acusa o progresso tecnológico pelo desaparecimento do trabalho desqualificado e pelo crescimento das desigualdades sociais a ele associado.

Referências bibliográficas

- Barreto, António, *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- Bell, Daniel, “El fin de la ideologia en Occidente”, in Bell, Daniel, *El Fin de las Ideologias*, Madrid, Edit. Tecnos, 1964, pp. 541-551.
- Cenários de Evolução Estrutural da Economia Portuguesa 1995-2015*, Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Maio de 1995.
- Cohen, Daniel, *Riqueza do Mundo, Pobreza das Nações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- Fitoussi, Jean-Paul, *O Debate-Tabu: Moeda, Europa, Pobreza*, Lisboa, Terramar, 1997 (1995).
- Fitoussi, Jean-Paul e Pierre Rosanvallon, *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1996).
- Freyssinet, Jacques, *Le chômage*, Paris, Éditions La Découverte, 1991.
- Fukuyama, Francis, “O fim da História?”, *Risco*, 13, 1989, pp. 23-43.
- Gateau, Gilles, “Les caractéristiques du chômage contemporain”, *Emploi et Chômage*, Cahiers français, 246, Maio-Junho 1990, pp. 3-5.

- Godinho, Manuel Mira, "Diffusion dynamics and the measurement of the technology gap: the case of the portuguese and the italian clothing industry", Comunicação apresentada ao 4.º Encontro Nacional de Economia Industrial, Lisboa, 29-30 Setembro, 1995.
- Godinho, Manuel Mira, "Cognitive and structural barriers to entry in new process technologies: a survey of innovation diffusion models", in Godinho, Manuel Mira, *Innovation Diffusion in...* Cap. 2 de tese de doutoramento realizada no Science Reserach Unit, University of Sussex, Reino Unido, 1995.
- Habermas, Jurgen, "A Modernidade: um projecto inacabado?", *Crítica*, 2, Lisboa, Edit. Teorema, Novembro. 1987, pp. 5-23.
- Lipovetsky, Gilles, *A Era do Vazio. Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água, 1989.
- Lyon, David, *A Sociedade da Informação*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1988).
- Luz, Sílvia e Maximiano Pinheiro, "Desemprego, vagas e crescimento salarial", *Estatística e Estudos Económicos*, XXV (2), Banco de Portugal, Lisboa, 1993, pp. 41-51.
- MEPAT, *Informação Económica*, 49, Lisboa, 1999.
- Martins, Carlos, "Desempregados, mas pouco", *Expresso*, 7 de Fevereiro de 1998.
- Oliveira, José Grosso, "O lugar do trabalho nas sociedades contemporâneas", *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13, Janeiro, 1993, pp. 179-190.
- Proença, João, in *Diário de Notícias*, 15 de Novembro de 1997.
- Reich, Robert B., *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993.
- Relatório do Conselho de Administração — 1995, Banco de Portugal, Lisboa, 1996.
- Rifkin, Jeremy, *La Fin du Travail*, traduzido do americano por Pierre Rouve, Paris, Éditions La Découverte, 1997 (1995).
- Rodrigues, Maria João, *Competitividade e Recursos Humanos — Dilemas de Portugal na Construção Europeia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.
- Salavisa, Isabel, "Do intolerável: o horror económico em todas as variações", *Público — Economia*, 2 de Junho de 1997.
- Salavisa, Isabel, "Obrigatório: para acabar de vez com o maniqueísmo a propósito da construção europeia", *Público — Economia*, 6 de Outubro de 1997.
- Santos, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- Touraine, Alain, *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994 (1992).
- Vattimo, Gianni, "Pós-modernidade e fim da história", *Argumento*, I (1), Lisboa, 1991, pp. 43-49.